

GREVE 2014

ADunicamp participa de reunião na Alesp para discutir crise das universidades

A diretoria da ADunicamp participa, nesta quarta-feira, 13, de reunião com integrantes da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para discutir o financiamento e a busca de soluções para crise financeira das universidades estaduais paulistas. O encontro acontece no Salão dos Líderes, na Alesp, e o presidente da comissão, deputado Mauro Bragato, convidou representantes de todos os setores e também os reitores das três universidades para participarem dos debates.



14/08 (5ª feira)
Ato Público Estadual Unificado

***Em defesa da educação pública e
de mais recursos para a univesidade***

- Saída da **Cidade Universitária**, rumo ao **Palácio dos Bandeirantes**
- Concentração na **USP** (Educação Física, Portão 1) a partir das **12 horas**

A ADunicamp providenciará transporte aos interessados. Reserve seu lugar enviando e-mail para: rose@adunicamp.org.br

Carta à comunidade da Faculdade de Educação - UNICAMP

Desde 27 de maio do corrente ano estamos vivenciando um movimento grevista provocado pela decisão do Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (CRUESP) de não conceder nem negociar o reajuste salarial devido aos trabalhadores das universidades públicas paulistas em sua data-base (a qual incide justamente no mês de maio).

Essa carta visa a apresentar o ponto de vista dos docentes da Faculdade de Educação da UNICAMP sobre tal decisão.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o reitor da UNICAMP declarou desde o início do movimento a possibilidade de reajustar os salários em 5,2%, proposta que foi, no entanto, refutada pelo CRUESP – mais especificamente pela Universidade de São Paulo.

Os docentes, em conjunto com o Fórum das Seis, sempre priorizaram a luta por um índice que representasse pelo menos a reposição das perdas causadas pela inflação, sem prejuízo das pautas específicas.

As dificuldades encontradas ao longo da greve, somadas à intransigência demonstrada pelo CRUESP, notadamente pelo reitor da USP, fizeram com que a assembleia dos docentes buscasse alternativas para viabilizar alguma conquista efetiva e o retorno ao trabalho de forma organizada e coesa. Pensava-se, também, na necessidade de finalizar o primeiro semestre, evitando maiores danos aos alunos, danos que, em alguns casos, poderiam ser irreparáveis.

Uma dessas alternativas, gestada nas assembleias da ADUNICAMP, foi a reivindicação de uma antecipação do índice de 5,2% (considerado viável pela Reitoria da UNICAMP), o qual seria pago na forma de abono e incidiria sobre o período de julho a setembro. Esse período toma como referência a data-base das duas categorias profissionais, que assim fica preservada. Para o mês de setembro está prevista a retomada das negociações sobre o reajuste.

A assembleia dos docentes insistiu para que essa proposta fosse negociada conjuntamente com os funcionários, o que infelizmente não se viabilizou por conta de decisão soberana tomada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU). Em vista disso, a ADUNICAMP, atendendo à determinação dos docentes, deu início às negociações, das quais resultou a contraproposta da Reitoria, a qual consiste em pagar um abono de 21% – percentual que corresponde ao índice de 5,2% aplicado sobre os salários de julho a setembro – tão logo as atividades acadêmicas sejam normalizadas.

Assim, a assembleia da ADUNICAMP de 31 de julho de 2014, entendendo que sua proposta para aquele momento foi em boa medida atendida, aceitou o acordo proposto pela Reitoria e deliberou pela SUSPENSÃO temporária da greve. Trata-se, repetimos, de uma suspensão, pois em setembro, de-

pendendo de como andarem as negociações, a greve poderá ser reiniciada. Salientamos o sentido político – e não apenas econômico – dessa antecipação na forma de abono, lembrando que tal medida foi adotada também pela Reitoria da UNESP – o que parece mostrar o acerto dessa avaliação. Ela representa o reconhecimento formal e material de que houve perdas significativas nos salários, de que essas perdas precisam ser reparadas e de que a Universidade tem recursos suficientes para fazê-lo. Cabe observar ainda que essa tomada de posição da UNICAMP e da UNESP em favor do pagamento do abono tende a alterar o equilíbrio de forças no CRUESP, colocando em xeque a Reitoria da USP, que vem se mantendo intransigentemente fechada ao diálogo e à negociação.

Os docentes da Faculdade de Educação, fiéis à sua tradição de luta, engajaram-se na mobilização desde seu início e, no momento crucial da greve, tiveram atuação decisiva, traduzida pelo índice de 96% de adesão à proposta de não inserção das notas no sistema da DAC. Somada a ações implementadas em outras Unidades, essa decisão da FE repercutiu amplamente na Universidade, forçando a Reitoria a negociar e a alterar o calendário letivo, o que significa reconhecer formalmente a greve. Pelo exposto, consideramos que a conquista da antecipação na forma de abono é uma vitória, ainda que parcial. Parcial porque as negociações devem ser retomadas em setembro com vistas ao objetivo principal que é a recuperação das perdas salariais por meio de um índice de reajuste definitivo. Mas trata-se de uma vitória, uma vez que produziu impactos no CRUESP que poderão melhorar nossas condições de negociação.

Reiteramos que os docentes da UNICAMP permanecem em estado de greve e em assembleia permanente, assim como reafirmamos nosso profundo respeito às decisões soberanas das entidades legítimas dos funcionários e estudantes, as quais deliberaram pela manutenção da greve. A esses segmentos manifestamos nossa sincera disposição de buscar soluções conjuntas, negociadas e consensuais para que o primeiro semestre seja concluído de forma digna, honesta e compatível com a elevada qualidade de ensino que marca nossa Faculdade e nossa Universidade, em consonância aliás com o que estipula a Pró-Reitoria de Graduação em seu Ofício Circular 69/2014, datado de 1º de agosto, ao solicitar aos Diretores das Unidades acadêmicas “sua especial diligência para que a reposição necessária se faça com a garantia da qualidade do ensino de direito dos alunos, evitando soluções alternativas tais como trabalhos compensatórios”.

Atenciosamente,
Docentes da FE.